

Bruno Bazzilo

Plenário deve votar dez MPs para liberar pauta

Para destrancar a pauta de votações, o Plenário do Senado deverá votar, nesta semana, dez medidas provisórias.

Duas MPs referem-se a repasses de dinheiro da

União para estados e municípios. Uma delas determina a distribuição do chamado "imposto do combustível".

Na semana passada, o Plenário votou sete MPs.

Páginas 4 e 5



Arquivo Jornal do Senado

HISTÓRIA Tanques do Exército ocupam a Esplanada em frente ao Congresso Nacional após a tomada do poder pelos militares

Rádio Senado mostra os 40 anos do golpe militar

A Rádio Senado apresentará quarta-feira o especial *1964 – 40 Anos Depois*. Em forma de dramaturgia, o programa relata os fatos relacionados ao golpe militar, desde a eleição de Já-

nio Quadros até a cassação do ex-presidente e então senador Juscelino Kubitschek. No programa, dois amigos se encontram e relembram músicas e fatos políticos do período.

Página 2

Senadores questionam Palocci sobre economia

Ministro da Fazenda participa amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos de debate sobre política do governo

Crescimento da economia, taxa de juros, desemprego e acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) são alguns dos temas que deverão marcar o debate dos senadores com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, previsto para amanhã, a partir das 10h.

Por requerimento de Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati, o ministro fará uma exposição antes de discutir com os senadores. A política econômica do governo federal sofreu nos últimos dias críticas até de parlamentares da base de apoio ao Executivo.

Página 3



Mariene Bergamo/Folha Imagem

EMPREGO Cooperados separam material reciclável na central de triagem da Moóca, em São Paulo

Reciclagem de lixo gera renda e preserva o meio ambiente

Especial Cidadania, com novo logotipo, mostra que a crescente produção de lixo no país tem causado problemas de saúde para a população e graves prejuízos ambientais. Veja alternativas para

reduzir o desperdício e dicas sobre reaproveitamento de materiais descartados. Muitas cidades já contam com serviço público de coleta seletiva, além de associações e cooperativas de catadores.

Página 8

Senadores cobram mudanças no governo

Páginas 6 e 7

Agaciel lança biografia dos presidentes do Senado

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lança amanhã, às 17h30, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *O Senado e seus Presidentes*, com a biografia dos 59 senadores que presidiram a Casa, do Império à República. Certo de que a obra preenche lacuna na bibliografia do pensamento político nacional, o autor

Arquivo Jornal do Senado



Obra de Agaciel Maia será lançada amanhã

tem como público-alvo historiadores, pesquisadores, estudantes e sociólogos.

O livro pode ser adquirido pela Internet, no endereço www.senado.gov.br, subtítulo Edições Técnicas, Catálogo de Publicações da Casa.

Rádio Senado apresenta especial sobre golpe militar

A Rádio Senado apresenta na quarta-feira o programa especial *1964 – 40 Anos Depois*, que resgata um gênero muito usado pelo rádio até os anos 60: a radiodramaturgia.

O especial *1964* conta os fatos relacionados ao golpe militar. A programação da Rádio Senado é transmitida em FM (91,7 MHz) para o DF e municípios da região do entorno, e em ondas curtas (5.990 KHz faixa de 49m) para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda



Presidente da Irlanda visita o Congresso

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, é destinada a pronunciamentos dos parlamentares, sem a votação de matérias. Amanhã, os senadores continuam o exame das medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário. Às 15h30, a presidente da Irlanda, Mary McAleese (foto), visita o Congresso Nacional. Ela será recebida pelo presidente em exercício, Paulo Paim.

CPI do Banestado define calendário de audiências públicas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, às 19h, reunião administrativa para definição do calendário de audiências deste ano. A comissão, instalada em junho do ano passado, apura o envio ilegal de dólares ao exterior, especialmente aos chamados paraísos fiscais, entre 1996 e 2002, por meio de contas CC-5, com base em denúncias veiculadas pela imprensa e investigadas pela Polícia Federal.

Nelson Jobim participa de debate no Interlegis

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, participa de debate sobre a reforma do Judiciário hoje, às 14h, no auditório do Interlegis. O ministro fala sobre pontos polêmicos da proposta em tramitação na Casa, como o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Magistratura. O evento será transmitido por videoconferência para todo o país.



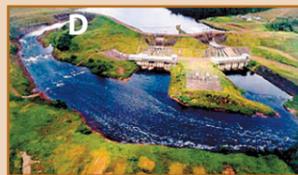
Comissão discute políticas para o setor de telefonia



A venda da Embratel, a competição no mercado de telefonia e a política de investimentos são alguns dos temas a serem tratados na próxima reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que será realizada amanhã, às 10h. Serão ouvidos representantes das principais operadoras de telefonia do país, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Ministério das Comunicações.

Exploração mineral na Amazônia

A Subcomissão da Amazônia discute amanhã, às 10h, a concessão de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento da exploração mineral na Vila de Pitinga (AM). Participam da reunião, entre outros, os presidentes do Grupo Paranapanema, Geraldo Haenel, e do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Sérgio Ricardo Silva Rosa.



Ministro Palocci na CAE

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, participa amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Ele fala sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, as medidas para promover o crescimento econômico e as diretrizes da política econômica, entre outros.

Reforma do Judiciário

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma a discussão dos destaques ao texto principal do relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a reforma do Judiciário (PEC 29/00). Na última reunião da comissão, foram votados mais de 40 destaques dos 165 apresentados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Gercilino Magalhães

PLANEJAMENTO Capiberibe pede programa específico para preservação da Amazônia

Falta de água poderá levar a conflitos, alerta Capiberibe

O senador João Capiberibe (PSB-AP) alertou, em pronunciamento na sexta-feira, sobre o risco de conflitos internacionais, à semelhança do que acontece com o petróleo, que poderão ocorrer devido à escassez de água no planeta e à má distribuição de recursos hídricos. Segundo o senador, a Organização das Nações Unidas (ONU) já identificou 300 áreas com potencial para conflitos em razão do uso da água, no caso de rios e lençóis freáticos transfronteiriços.

Capiberibe pediu que a Amazônia, considerada a maior reserva de água doce do mundo, tenha programa específico para sua preservação, observando que o aumento do desmatamento está destruindo a floresta amazônica, que funciona como o "pulmão do planeta".

Estudos

O senador citou estudo da ONU, que apresenta "resultados assustadores": 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável no mundo, e esse contingente será de 4 bilhões até 2025. A população sem banheiros e rede de esgotos conveniente chega a 2,4 bilhões, e a mortalidade anual por falta de água, de serviços de saneamento e de higiene atinge 2,2 milhões, a maioria crianças.

A água doce, que representa apenas 2,5% do volume total de água do planeta, continuou Capiberibe, está mal distribuída. Conforme informou, dez países concentram 60% dessas reservas. "Por outro lado, 40% da população mundial, reunida em 80 países, está submetida à forte penúria de água." Ele ressaltou que no Brasil, país com boa disponibilidade hídrica, há regiões que sofrem com a seca. O senador disse que um terço dos rios do planeta estão contaminados.

Venda da Embratel em discussão



Ney Suassuna é presidente da comissão

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza amanhã, às 10h, uma audiência pública para discutir a venda da companhia de telefonia Embratel para a multinacional mexicana Telmex. O requerimento, de autoria do presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), tem o objetivo de buscar esclarecimentos sobre a nova política de gestão de pessoal e sobre a competição no mercado de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, além da política de investimentos e de questões inerentes à segurança nacional.

Estarão representados na audiência os seguintes órgãos e empresas: Brasil Telecom, Telemar, Telmex, Embratel, Secretaria de Direito Econômico, Cade, Anatel, Ministério das Comunicações e Fitel.

Empréstimo do BNDES sob análise

A Subcomissão Permanente da Amazônia realiza amanhã, às 10h, audiência pública para debater a concessão de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento da exploração mineral na Vila de Pitinga, localizada no município de Presidente Figueiredo (AM). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A comissão vai discutir o tema com o presidente do Grupo Parapanema, Geraldo Haenel; o presidente do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Sérgio Ricardo Silva Rosa; o presidente do BNDES, Carlos Lessa; e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Terceirizados nas Indústrias de Extração e Beneficiamento de Minérios de Presidente Figueiredo, Francisco Braga.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que preside a subcomissão, é o autor do requerimento.

Palocci debaterá política econômica com senadores

Ministro da Fazenda participa amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, terá amanhã, a partir das 10h, a oportunidade de defender no Senado a política econômica, que nos últimos dias sofreu críticas até de partidos e parlamentares integrantes da base governista. Por requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), Palocci fará uma exposição e depois participará de debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Entre os temas a serem discutidos, o mais em voga é o do



ESCLARECIMENTO Tasso Jereissati propôs, junto com Suplicy, convocação de ministro

crescimento da economia, diretamente relacionado à taxa de juros fixada periodicamente pelo Comitê de Política Mo-

netária (Copom), incluído entre os assuntos da reunião. Ao participar de debate na CAE na última quinta-feira, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse que o incremento da atividade econômica será mais sentido a partir de julho. Outro assunto a ser tratado é o desemprego, que na Grande São Paulo passou dos 19% em fevereiro.

Os dois temas estão ligados ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em função do qual foi estabelecida a meta de superávit fiscal. Adotado como um balizador da poupança feita pelo país para garantir a estabilidade econômica e o pagamento dos juros, o superávit tem causado muita polêmica e renderá certamente muitas perguntas ao ministro da Fazenda.

Comissão de Orçamento é convocada para votar PPA

O relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007 poderá ser lido, discutido e votado amanhã, a partir das 14h30, na Comissão Mista de Orçamento. No último dia 23, a obstrução do PFL, endossada pelo PSDB, mais uma vez fez com que fosse adiado o exame do relatório de Sibá Machado.

Naquela ocasião, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), disse à Agência Senado que a obstrução seria resolvida. A falta de liberação das emendas parlamentares ao orçamento deste ano, queixa principal do PFL, estava sendo negociada, segundo o senador, pelo vice-líder do governo no Congresso, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

– Ele está agilizando os entendimentos com o governo para cumprir os acordos fechados sobre as emendas – afirmou.

Desde o último dia 2, quando o senador Sibá Machado apresentou o seu relatório sobre o projeto de lei do Congresso (PLN 30/03) relativo ao PPA, com uma previsão de investimentos no período da ordem de R\$ 370 bilhões, orientados principalmente para os setores de energia elétrica, transportes, sa-



ENTENDIMENTO Relatório de Sibá Machado poderá ser finalmente examinado

neamento, saúde e educação, que os integrantes da Comissão Mista de Orçamento tentam sem sucesso um acordo para votar a proposta.

Os entraves técnicos que culminaram com a rejeição do parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) foram removidos, na avaliação de parlamentares da comissão. O governo era contra a redução gradual do superávit primário (sobras em caixa antes do pagamento de juros da dívida pública) dos atuais 4,25% para 3,25% do Produto Interno Bruto (PIB), como foi proposto por Saturnino. Mas a fórmula encontrada por Sibá, que autoriza o governo a rever a meta do superávit primário, reduzindo-a nos períodos de crise, quando há queda na arrecadação fiscal, foi aceita sem objeções.



BENEFÍCIO Romero Jucá lembra que reforma garante recursos a estados e municípios

Jucá pede à Câmara que vote reforma tributária

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apelou à presidência da Câmara dos Deputados para que vote as propostas de reforma tributária e a chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela da Previdência Social, que foram aprovadas em tempo recorde pelo Senado em dezembro, antes do Natal.

“A reforma tributária garante imediatamente R\$ 1 bilhão de aumento no Fundo de Participação dos Municípios e mais R\$ 2 bilhões no Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), a ser repassado aos estados e municípios, à razão de 75% e 25%”, disse Jucá.

O senador, que foi o relator da reforma tributária, lembrou que o Fundo de Desenvolvimento Regional tem que ser aprovado rapidamente para que os estados recebam o dinheiro antes de junho, porque a partir desse mês, devido à Lei Eleitoral, fica proibido celebrar novos convênios. “É preciso lembrar também que o FDR tem 90% destinados aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que mais necessitam de investimentos em infra-estrutura”, afirmou o senador.

Romero Jucá observou ainda que a reforma tributária garante maiores repasses para o Fundo de Participação dos Estados também em 2004. “Quanto à chamada PEC paralela, é um compromisso do governo e de suas lideranças no Congresso com os servidores públicos de todo o país”, alertou o senador.

PLENÁRIO

Fotos: Roosevelt Pinheiro



TRABALHO Plenário vai discutir desde criação de carreiras até mudanças no Estatuto do Desarmamento

Senado deve votar mais dez MPs para liberar pauta

■ Duas das medidas provisórias tratam de repasses de dinheiro da União para estados e municípios

Depois de ter votado sete medidas provisórias (MPs) na semana passada, o Plenário do Senado discutirá e deverá votar nesta semana pelo menos parte de outras dez medidas que estão trancando a pauta de votações.

São medidas provisórias assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva num período de 37 dias – da véspera do Natal passado ao final de janeiro último. Por determinação constitucional, após 45 dias de editadas pelo presidente da República, as MPs têm prioridade de votação no Congresso.

Duas MPs tratam de repasses de dinheiro da União aos estados e municípios. Uma delas,

que foi modificada por acordos do Congresso, determina como será feita a distribuição aos estados e municípios de parte da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como “imposto sobre combustíveis”, cujos recursos devem ser destinados à construção e recuperação de rodovias.

A relação das MPs da pauta desta semana do Plenário do Senado é a seguinte:

– MP 155/03 – Trata da criação de carreiras e da organização de cargos de funcionários efetivos das agências reguladoras;

– MP 156/03 – Altera a lei que institui o auxílio-aluno dentro do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem;

– MP 157/03 – Muda o Estatuto do Desarmamento aprovado no ano passado pelo Congresso, permitindo que guardas municipais, em cidades com população de 50 mil a 500 mil

habitantes, possam usar armas em trabalho;

– MP 158/03 – Dispõe sobre a criação do plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência;

– MP 159/03 – Autoriza a União a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco;

– MP 160/03 – Institui a gratificação temporária para servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino;

– MP 161/03 – Trata da partilha da Cide com estados e municípios;

– MP 162/04 – Transfere R\$ 3,4 bilhões a estados e municípios;

– MP 163/04 – Faz mudanças na organização da Presidência da República, inclusive com a criação da Secretaria de Coordenação Política;

– MP 164/03 – Institui a cobrança de PIS-Pasep e Cofins sobre bens e serviços importados.

Senadores debatem saída para evitar obstruções

Conforme regra estabelecida na Constituição, a medida provisória (MP) tem prioridade na pauta de votação das duas Casas do Congresso, se não forem examinadas até 45 dias após a sua publicação. Dessa forma, se a MP não é votada nesse prazo, ela passa a trancar, automaticamente, a ordem do dia.

A situação não é inédita e já provoca, entre a maioria dos senadores, a sensação de que é preciso adotar providências rápidas para evitar que a Casa se veja impedida de legislar e votar os seus próprios projetos.

Este ano, somente uma proposição de autoria de senador foi aprovada pelo Plenário. Além de diminuir o que muitos classificam como “excesso de MPs” editadas, os parlamentares consideram essencial mudanças nas normas de tramitação das medidas.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), o governo Lula não tem abusado da edição de medidas provisórias. Ele acredita a maioria das MPs atuais a uma “herança que precisa ser administrada”.

– O número atual de medidas expressa um represamento de governos anteriores. Somos vítimas dos erros de ordenamen-

to administrativo do passado. Todos os governos têm sido, aliás. Um após o outro – disse. Como forma de contornar os constantes entraves na pauta, Viana sugere o exame das MPs, alternadamente, pelas duas Casas do Congresso.

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Edison Lobão (PFL-MA) considera que os chefes de governo deveriam editar menos MPs. “Todos abusaram dessa prerrogativa”, diz o senador, para quem é preciso que se encontrem soluções visando reduzir os efeitos da constante presença de medidas provisórias sobrestando a pauta do Senado.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirma que, em função do acúmulo de MPs na pauta, “o Senado já não legisla mais”. A seu ver, um antídoto para o que ele considera um excesso de edição de MPs pelo Executivo seria o Congresso questionar a sua admissibilidade.

Ney Suassuna (PMDB-PB), defende o reestudo do assunto pela própria CCJ. Ele se dispõe a propor uma comissão temporária para buscar uma tramitação mais descomplicada e rápida das MPs.

	MPs	Reeditadas	Convertidas em lei
Governo			
José Sarney	125	22	96
Fernando Collor	89	70	74
Itamar Franco	142	363	71
Fernando Henrique	160	2.449	130
Fernando Henrique (2º mandato)	103	2.587	98
Luiz Inácio Lula da Silva	74	50	42
TOTAL	693	5.541	511

Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Dados atualizados até 22 de março de 2004

Falta de quórum inviabiliza trabalho de comissões mistas

Assim que as medidas provisórias são lidas em Plenário, o presidente da sessão cria a comissão mista e designa automaticamente os seus membros, atribuição que normalmente recai sobre os líderes partidários (que, por sua vez, podem delegar essa função a outros colegas de partido). São 13 deputados federais e 12 senadores titulares, com igual número de suplentes, aos quais é dado um prazo de 14 dias para emitir

parecer sobre a medida. Porém, desde a promulgação da Emenda Constitucional 32/01, nenhuma comissão mista pôde efetivamente ser instalada e se reunir no Congresso Nacional, invariavelmente por falta de quórum. Assim, o que sempre tem acontecido é a designação de um relator de Plenário tanto na Câmara quanto no Senado.

Após o 46º dia desde sua edição, caso a MP não tiver sido ainda examinada, ela passa a tramitar em regi-

me de urgência e, com isso, a obstruir a pauta de votações.

– Já fui designado para dezenas de comissões mistas e elas nunca se reúnem – lembrou o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Para ele, a culpa é dos parlamentares, que esperaram 11 anos para mudar a lei.



Jefferson Péres diz que comissões nunca se reuniram

Número de medidas editadas ultrapassa 5 mil

Entre março de 1988 e setembro de 2001, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional 32 – que restringiu os assuntos sobre os quais o presidente da República pode legislar por meio de MPs, além de estabelecer novos prazos de tramitação –, os sucessivos governos editaram ou reeditaram 5.491 MPs, e somente 84 foram revogadas, rejeitadas ou tornaram-se sem eficácia, ou seja, menos de 1,5%.

No governo Lula, 73 medidas foram editadas, das quais 42 haviam sido convertidas em lei até a última segunda-feira (22) e apenas uma revogada. A média de MPs assinadas no último ano foi de 4,8 por mês, enquanto nos anos de 2001 e 2002 (governo Fernando Henrique) a média foi de 5,6.

Confira no quadro acima o número de MPs de cada presidente da República.

PLENÁRIO

Projetos estabelecem novos critérios

Apesar de o instituto das medidas provisórias (MPs) ter sido recentemente reformulado, com a promulgação da Emenda Constitucional 32/01, tramitam no Congresso Nacional várias propostas para alterar as regras de edição e até mesmo para extinguir esse tipo de norma legislativa. As principais queixas são quanto ao excessivo uso das MPs pelos presidentes da República e à interpretação dos requisitos de “relevância e urgência” previstos na Constituição.

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, defende a proposta de emenda à Constituição (PEC) de José Jorge (PFL-PE), já aprovada pelo Plenário do Senado e enviada para análise da Câmara em novembro passado, que altera o parágrafo 8º

do artigo 62 da Constituição (PEC 208/03). Esse parágrafo determina que as medidas provisórias terão sua votação iniciada pela Câmara.

– Só existe uma fórmula para resolver os problemas que frequentemente acontecem de obstrução na pauta de votações: dividir a tramitação entre as duas Casas do Congresso, de modo que metade das medidas provisórias ingresse pela Câmara dos Deputados e metade pelo Senado Federal – argumentou Agripino, para quem o instrumento das MPs tem sido utilizado em abundância pelo Executivo.

Urgência

Exemplo de medida provisória cuja urgência é questionada, e aguarda votação na pauta do Senado, é a MP 156/03. Seu único objetivo é prorrogar, até dezembro de 2005, o pagamento pelo governo federal de um auxílio mensal de R\$ 50 aos alunos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae), que pela lei original cessaria no fim deste ano.

– É uma

providência importante e necessária, mas que poderia perfeitamente ser enviada para análise do Congresso Nacional como projeto ordinário, com pedido de tramitação em urgência, e não como uma MP – avalia o relator-revisor, Paulo Octávio (PFL-DF).

Há na Câmara duas propostas de resolução do Congresso modificando os critérios de tramitação das MPs. Uma delas, do deputado licenciado e atual ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, cria uma comissão mista permanente para apreciação das medidas provisórias. A outra, de Roberto Freire (PPS-PE), define normas mais rígidas para criação, instalação e funcionamento das comissões mistas destinadas a análise das MPs.

A PEC 560/02, do deputado Gilberto Kassab (PFL-SP), reduz para 15 dias o prazo de validade das medidas provisórias, sem direito a reedição. Tramita conjuntamente a PEC 208/03, da deputada Edna Macedo (PTB-SP), que dilata os prazos de apreciação para 120 dias, porém vedando reedição.

A mais profunda modificação, porém, é da PEC 155/03, do deputado Odacir Zonta (PP-SC), que retira da texto constitucional o instituto das medidas provisórias.

verdadeiramente revogada.

A adoção das medidas provisórias foi incluída na Constituição brasileira por encomenda para o regime parlamentarista que se esperava fosse adotado pelo plebiscito que seria realizado após a promulgação da Constituição de 88, como explica o professor e advogado Leon Frejda Szklarowsky.

Para o jurista e subprocurador aposentado da Fazenda Nacional, a medida provisória transformou-se num mecanismo de pressão, em virtude do mau uso e abusos praticados.

– Não há dúvida de que o Poder Executivo necessita de um instrumento ágil, para fazer frente às necessidades urgentes e inadiáveis, de relevância tal que sua não-realização poderá afetar a ordem pública, desde que obedecidos, rigorosamente, os parâmetros constitucionais e controlados eficazmente pelos poderes competentes. Entretanto, sua utilização in-

discriminada converteu-a numa arma contra a própria sociedade – lamenta Szklarowsky.

Regras

A tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional obedece a uma série de regras fixadas pela Resolução nº 1, de maio de 2002. O texto original da Constituição de 1988 dizia que o presidente da República deveria editá-las e submetê-las de imediato ao Congresso, que se estivesse em recesso deveria ser convocado extraordinariamente em até cinco dias para apreciar a MP. Se não votadas em 30 dias, perderiam eficácia. Por isso, várias delas foram reeditadas dezenas de vezes.

A emenda constitucional de outubro de 2001 (EC 32) manteve as exigências de urgência e relevância da medida provisória, ampliou o prazo de validade para 60 dias, prorrogável por igual período, mas impediu a reedição.



J. Freitas

RIGOR CCJ manteve exigência de quarentena de três anos para juiz aposentado poder advogar no mesmo tribunal em que atuava

CCJ retoma exame de destaques na quarta-feira

■ Uma das mudanças introduzidas no parecer extingue os tribunais de alçada dos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir na quarta-feira o exame dos destaques à proposta de reforma do Judiciário. A análise dessas propostas começou na última quarta-feira. Já foram votados 40 dos 165 apresentados – com a manutenção, em essência, do relatório do senador José Jorge (PFL-PE).

Um dos dispositivos mantidos é o que estabelece quarentena de três anos para que juízes e procuradores aposenta-

dos possam voltar a advogar nos foros em que atuaram antes da aposentadoria.

Duas mudanças no parecer determinam a extinção dos tribunais de alçada e a extensão aos membros do Ministério Público dos direitos assegurados aos juízes. O ponto mais polêmico da reforma é o Conselho Nacional de Justiça, encarregado do controle externo do Judiciário.

O presidente da Comissão de Justiça, Edison Lobão (PFL-MA), chegou a marcar reunião para a última quinta-feira. Mas uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, provocou novo adiamento da matéria.

Governo do RS enfrenta crise financeira “herdada”, diz Simon

O governo do estado do Rio Grande do Sul está atravessando grave crise financeira que não foi gerada pela atual administração, mas sim pelo governo anterior, do PT, alertou o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele informou que a situação “é tão grave”, que o governador Germano Rigotto, ao assumir o governo do estado, encontrou dívidas de curto prazo

de quase R\$ 4,5 bilhões, e com parte da arrecadação do exercício de 2003 antecipada pela administração anterior.

Simon informou que a única maneira encontrada pelo governador para combater a crise do setor público foi adotar políticas destinadas a geração de empregos, mediante atração de novos investimentos e apoio às empresas.

Voto de pesar pela morte de servidor da Câmara

Foi inserido em ata, na sexta-feira, voto de pesar pelo falecimento de Hélio Dutra, ex-secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados. Lido pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), na presidência dos

trabalhos, o voto foi apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que destacou o “trabalho dedicado do servidor público”. Hélio Dutra faleceu em Brasília, na última quinta-feira.



MPs surgiram na Constituição de 88

As medidas provisórias passaram a existir a partir da promulgação da Constituição de 1988. Trata-se de um instrumento que o governo utiliza para estabelecer novas normas jurídicas de eficácia imediata, mas que dependem da aprovação das duas Casas do Congresso Nacional.

Assim, o presidente, ao editar uma MP (antes da Constituição de 1988, existia o instituto do decreto-lei), cria uma norma com força de lei, que entra em vigor assim que é publicada, mas cuja permanência deverá ser avaliada pelo Congresso. Uma MP, como já definiu o Supremo Tribunal Federal (STF), é ato legislativo, mas não revoga a lei anterior. Ocorre a suspensão da vigência e eficácia da lei cuja revogação pode estar proposta na MP. Se a medida provisória for rejeitada, haverá restauração imediata da lei. Em caso de aprovação pelo Congresso, aí sim a lei estará

Paulo Octávio defende queda nos juros imobiliários

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) reafirmou que existe espaço, e muito, para que os bancos privados melhorem as condições dos seus financiamentos habitacionais e contribuam para a geração de empregos.

Na sua opinião, os depósitos nas instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), cujo saldo era de R\$ 128,2 bilhões em janeiro, não estão sendo aplicados em habitação como deveriam.

Paulo Octávio disse que os bancos têm condições de reduzir os juros, ampliar prazos e aumentar o valor a ser financiado. O pacote de medidas anunciado pelo governo permite, a seu ver, melhores condições de financiamento.

Paulo Octávio disse que os bancos têm condições de reduzir os juros, ampliar prazos e aumentar o valor a ser financiado. O pacote de medidas anunciado pelo governo permite, a seu ver, melhores condições de financiamento.

Mão Santa pede reflexão sobre a honestidade de faxineiro

Em discurso no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou o cumprimento da promessa de campanha do PT para geração de 10 milhões de empregos no Brasil.

Ele conclamou o presidente da República a refletir sobre o exemplo de honestidade do faxineiro Francisco Basílio Cavalcanti, que foi recebido na quinta-feira pelo presidente Lula, por ter devolvido a um turista suíço US\$ 10 mil encontrados no banheiro do Aeroporto Internacional de Brasília, onde trabalha.

– Se ele tem a aparência tranqüila, é porque tem um emprego. Se as pessoas estão matando e roubando, é culpa do Lula, que prometeu dar 10 milhões de empregos.

– Se ele tem a aparência tranqüila, é porque tem um emprego. Se as pessoas estão matando e roubando, é culpa do Lula, que prometeu dar 10 milhões de empregos.

Para Virgílio, investigações podem chegar a José Dirceu

Senador diz que há forte suspeita de que apuração do caso Waldomiro Diniz envolverá o ministro

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) afirmou haver fortes suspeitas de que uma investigação profunda sobre Waldomiro Diniz envolverá o ministro da Casa Civil, José Dirceu. Segundo ele, se o governo não estivesse convencido dessa conexão, teria permitido a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assunto.

– Waldomiro é um operador de arrecadação de fundos para campanhas eleitorais, todo mundo sabe disso, até a velhinha de Taubaté. Se for investigado de verdade, revelará uma central de roubo que che-



REPÚDIO Arthur Virgílio rebate declaração de Ciro Gomes ligando-o a corrupção

gará a figuras de proa do PT, inclusive José Dirceu.

Virgílio rebateu as declarações do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre sua suposta ligação com um delegado do Trabalho no Amazonas, José Levegildo Soares, acusado de corrupção. O senador disse que não o indicou

Antero: ministro deveria ter deixado o cargo

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse, na sexta-feira, que se o ministro José Dirceu dedicasse apreço ao país teria deixado o cargo. “Uma pessoa honesta seria a primeira a dizer: presidente, não vou fazer mal ao Brasil, vou defender a minha honra”, afirmou. O senador lembrou ter pedido a demissão de Dirceu desde quando foram divulgadas as denúncias contra Waldomiro Diniz.

Ele voltou a defender a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso Waldomiro. “O go-



EXIGÊNCIA Antero voltou a defender a instalação de uma CPI sobre o caso Waldomiro

verno pode até impedir a CPI, mas José Dirceu não recuperará a credibilidade”.

Agripino acredita que o STF decidirá a favor de CPI

Para o líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), o Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir a favor do mandado de segurança, impetrado pelo seu partido para obrigar o presidente do Senado a indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, já que os partidos aliados do governo não o fizeram.

– Tenho certeza de que teremos êxito, e que o presidente desta Casa terá, sim, senhor, que indicar os membros da CPI, pelo bem e pela lisura do serviço público do nosso país – disse o parlamentar, em dis-

curso na sexta-feira. Agripino explicou que o ministro Celso Mello apenas rejeitou a concessão de liminar. Mas o senador leu trechos do despacho do ministro que indicariam que o voto será favorável à oposição. “O ministro Celso Mello faz citações e, no mérito, dá claras indicações de que o STF poderá se decidir a favor da Minoria.”

O senador lembrou a inauguração do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo, que, a seu ver, virou símbolo não só da corrupção, mas também da correção de rumos. “Foi a primeira vez

nem o manteve no cargo.

– Mal o conheço. O governo deve estar desesperado porque não consegue encontrar nada que me incrimine, depois de ter virado minha vida do avesso. Nada temo, porque não estou na política para ganhar dinheiro. Devem estar desconsolados porque, além de chato e combativo, não sou ladrão.

Virgílio desafiou Dirceu a vir ao Congresso debater com ele o caso Waldomiro. “Ministro, abandone sua covardia, venha com seus bonecos, dossiês ou o que mais quiser. Venha explicar, no Senado, por que Waldomiro morou consigo, por que o levou para trabalhar no quarto andar do Palácio do Planalto e com que objetivos.

Em aparte, José Agripino (RN), líder do PFL, considerou justa a indignação de Arthur Virgílio, diante da tentativa de envolvê-lo com corrupção.

Antero considera a situação de Waldomiro mais grave do que a de Paulo César Farias – tesoureiro de campanha de Fernando Collor de Mello e cujas denúncias acabaram por derrubar o então presidente. “PC não havia morado com o chefe da Casa Civil por alguns anos”, disse.

O parlamentar solidarizou-se com Arthur Virgílio (PSDB-AM), diante da afirmação feita pelo ministro Ciro Gomes. José Jorge (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentaram que nenhum membro da base do governo estivesse em Plenário.



EXPECTATIVA Agripino lembra que ministro Celso Mello apenas rejeitou pedido de liminar

que se discutiu (em uma CPI) a proibição do Judiciário no país, que um poder investigou o outro, que um senador foi cassado e que um juiz foi preso e teve seus bens bloqueados”, observou o senador José Agripino.



COMPROMISSO João Batista Motta observa que Lula foi eleito para mudar o Brasil

Motta cobra crescimento do país e geração de empregos

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez apelo ao presidente da República para que reúna o segundo escalão do governo e tome as providências necessárias para impulsionar o crescimento do país. Ele cobrou a geração de empregos e criticou a excessiva carga tributária que o governo federal está impondo ao país.

Na sua avaliação, o governo do PT não dá demonstrações de estar preocupado com a geração de emprego, embora tenha sido eleito para mudar os rumos do país. Motta argumentou que a política assistencialista do governo não resolverá a situação dos 40 milhões de pessoas que vivem em dificuldades, pois “o povo precisa de trabalho e dignidade sem ter que receber esmola”, sustentou o senador.

Ele lembrou as denúncias envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz e perguntou se será necessário o surgimento de “outros Waldomiros” para que o governo comece a agir. Segundo o senador, “o advento Waldomiro” foi responsável por várias ações do governo, como a edição de medida provisória para extinguir os bingos e combater a jogatina, reivindicação antiga de muitos políticos que somente se concretizou agora.

João Batista Motta assinalou que o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, em resposta ao caso Waldomiro, resolveu colocar em discussão a reforma política.

O senador voltou a criticar a paralisação das obras de recuperação da BR-101 em seu estado e a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de proibir a compra da Garoto pela Nestlé. Em aparte, recebeu apoio de Heráclito Fortes (PFL-PI).

Moreira Moriz



Paulo Octávio: é grande o saldo em poupança

Célio Azevedo



Mão Santa quer cumprimento de promessas do PT

Moreira Moriz



EXPECTATIVA Agripino lembra que ministro Celso Mello apenas rejeitou pedido de liminar

Gerardo Magaña

Lobão elogia plano para erradicação de trabalho escravo

Em pronunciamento na sexta-feira, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comunicou o lançamento, no último dia 24, pelo governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e da assinatura de decreto que estabelece essa data como o Dia Estadual de Repúdio ao Trabalho Escravo.



Lobão destaca trabalho social no Maranhão

Lobão lembrou ter feito discurso da tribuna do Senado, em 19 de janeiro deste ano, repudiando o assassinato de fiscais do Trabalho no noroeste de Minas Gerais e lamentando "a ousadia dos que, com promessas mirabolantes, seduzem pobres camponeses para depois os obrigarem à servidão covarde e criminoso". Na oportunidade, Lobão disse ter também se rejubilado pela iniciativa pioneira do Maranhão com a realização, na cidade de Açailândia, da Primeira Jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo.

Serys convida para videoconferência sobre a mulher

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) convidou, na sexta-feira, as mulheres, e especialmente as que participam dos movimentos em favor dos direitos femininos, a participar de videoconferência a ser realizada pelo Interlegis sobre atuação política das mulheres.



Serys informa que debate faz parte do Ano da Mulher

Em todo o Brasil será possível acompanhar a videoconferência nas assembleias legislativas. O evento ocorrerá nesta quarta-feira, das 15h às 18h, e participarão do debate cientistas e pesquisadoras de diversas universidades federais. A videoconferência faz parte das comemorações do Congresso pelo Ano Nacional da Mulher, celebrado neste ano.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que apura envio ilegal de recursos ao exterior, a senadora pediu rapidez na aprovação de requerimento de sua autoria que convoca Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo.

Simon sugere a Lula que mude forma de governar

Senador aponta o que chamou de equívoco do presidente: nomear candidatos derrotados para ministérios

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ocupou a tribuna na sexta-feira para aconselhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mudar a sua forma de governar, passando a ouvir o conjunto de toda a sociedade e não apenas o "pequeno e fechado grupo" instalado dentro do Palácio do Planalto. Para o senador, somente dessa maneira Lula poderia iniciar nova fase de seu governo, com o objetivo de retirar o país da crise em que se encontra.

– Ainda há tempo para que o presidente Lula faça um governo de entendimento e resgate aquela ansiedade que dominou



Fotos: Célio Azevedo

RESGATE Simon diz que Lula deve ouvir a sociedade em vez do grupo "fechado" do Planalto

grande parte da sociedade no período eleitoral e nos primeiros meses de sua administração, de que o governo do PT seria de primeira classe e iria reunir Deus e todo o mundo para lutar por um país melhor – salientou Pedro Simon.

José Jorge critica estratégia do governo para sair da crise

O senador José Jorge (PFL-PE) protestou contra a estratégia do governo para debelar a crise política. Segundo ele, é inadmissível que, em vez de afastar o ministro da Casa Civil, José Dirceu, ou mudar a política econômica, que vem sendo criticada pela oposição, o governo decida formar força-tarefa para liberar emendas de parlamentares "bem-comportados" e já tenha destinado R\$ 1,8 bilhão para esse objetivo.

– Esse dinheiro não é do presidente Lula, nem do PT, esse dinheiro vem de impostos, ou seja, é da população – disse.

Para José Jorge, iniciativas como promover campanha de publicidade no valor de R\$ 8 milhões, impedir que diretores da Caixa Econômica Federal venham depor no Congresso e criar dois ministérios para acomodar aliados políticos não vão debelar a crise.

– Somente um governo incompetente e de vocação autoritária pode imaginar que a crise será debelada sem a investigação profunda dos fatos e a punição dos culpados – observou.

O senador criticou, ainda, o que chamou de falta de sensibilidade social do governo, que, até hoje, não liberou verbas para atender aos flagelados do Nordeste.



José Jorge quer alterações na economia

Alvaro Dias defende mudanças no acordo do Brasil com o FMI

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que concorda com a possível decisão do governo de modificar o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme intenção que teria sido manifestada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à imprensa. Alvaro Dias garantiu que apoiará novo acordo caso a ênfase seja no desenvolvimento do país e na criação de empregos.

– O presidente terá meu apoio se romper com o FMI em função da política financeira que asfixia a economia brasileira, exigindo pagamento de juros em detrimento de investimentos públicos – afirmou o senador.

O governo federal, segundo Alvaro Dias, precisa ter mais sensibilidade para ver os problemas do país. Na sua opinião, a queda de popularidade de Lula apontada em três pesquisas que serão divulgadas em breve é uma má notícia para o país. "Não queremos que a esperança sucumba diante da pobreza que cresce de forma avassaladora em função do encolhimento da economia", assinalou.

– Quando o governante é capaz de escolher, semeia bons resultados. Quando é incapaz, planta para colher crise – observou.



Alvaro Dias apóia rompimento com o Fundo

Tião Viana destaca abertura comercial com países andinos

Ao anunciar a realização de nova viagem ao Acre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos próximos dias, o senador Tião Viana (PT-AC) destacou na sexta-feira, em Plenário, o potencial das relações comerciais com os países andinos. A abertura dos mercados das nações vizinhas, previu, poderá estimular o crescimento econômico dos estados que compõem a região amazônica.



Tião Viana acredita no comércio com nações vizinhas

Somente no Peru e na Bolívia, observou o senador, existem 33 milhões de consumidores. Mas todo esse mercado ainda está, a seu ver, "de costas para o Brasil". A carne, o frango e o milho consumidos nesses países, citou, são provenientes da Austrália, muito mais distante do que o Brasil.

Durante a viagem presidencial, anunciou o senador, será ampliada a retomada do Correio Aéreo Nacional, "consolidando a integração com áreas isoladas".

Quintanilha apela por estímulos à ciência e tecnologia

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu na sexta-feira ao governo, em Plenário, que promova maior estímulo à área de ciência e tecnologia e fortaleça a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, a seu ver, vem promovendo um "verdadeiro milagre" com os poucos recursos que têm sido colocados à sua disposição.

O senador manifestou seu apoio ao programa Primeiro Emprego Tecnológico, iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio do qual as empresas disporão de incentivos para a contratação, por um ano, de jovens doutores. E propôs que o governo busque meios de aproveitar o potencial dos cientistas que têm sido formados pelo país.

Segundo Quintanilha, as nações mais desenvolvidas do mundo só conseguiram atingir o atual patamar de riqueza graças a "investimentos maciços" na busca do conhecimento.



Quintanilha quer mais recursos para a Embrapa

Jane de Araújo

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Heráclito Fortes, Edison Lobão, Mão Santa e Alvaro Dias e pela senadora Serys Slhessarenko

Reciclagem de lixo gera renda e ajuda a preservar o meio ambiente

Produtos e materiais descartados e enviados para o lixo poderiam ser reaproveitados ou transformados em matéria-prima para a indústria da reciclagem, gerando renda para milhares de pessoas e trazendo economia de recursos como água, energia e matérias-primas retiradas da natureza. O descarte inadequado dos rejeitos é ainda uma ameaça ao meio ambiente, à saúde e

à qualidade de vida da população, porque contamina o solo e os rios, além de disseminar doenças e provocar mau cheiro.

Cada brasileiro produz, em média, 800g de lixo doméstico por dia, volume que cresce 30% a cada cinco anos. Em 80% das cidades, esse rejeito vai parar nos lixões a céu aberto, e o restante é dividido entre aterros sanitários, depósitos clandestinos, incineradores ou é recolhido

por catadores e sucateiros para reciclagem. Do que vai parar no lixo, 35% poderiam ser reutilizados ou reciclados, como vidro, alumínio e plástico, e outros 35% transformados em adubo orgânico.

A responsabilidade pela coleta e destinação do lixo é da administração municipal, mas, segundo dados do IBGE, 40 milhões de brasileiros ainda não são assistidos pela coleta públi-

ca. Além disso, segundo a mesma pesquisa, realizada em 2000, apenas 6,4% dos municípios possuíam serviço de reciclagem.

Para ajudar a resolver o problema do lixo, é necessário que o volume produzido seja reduzido, que haja a reutilização de objetos e materiais e um maior aproveitamento para reciclagem. Esta edição do **Especial Cidadania** traz informações sobre esse tema.

Normas definem destino dos resíduos

É recente a preocupação do legislador brasileiro com a reciclagem de resíduos tóxicos e poluentes. Um exemplo é a responsabilização das empresas que produzem e vendem agrotóxicos, com relação ao destino das embalagens e a obrigação de sua devolução pelos usuários, que foi disciplinada pela Lei 9.974/00, que alterou a Lei 7.802/89.

Também as normas para a reciclagem, definidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), avançaram na última década. A Resolução 257/99 regulamenta a coleta, transporte e armazenamento de pilhas e baterias e determina sua reutilização, reciclagem ou disposição final. Já a Resolução 258/99 obriga as empresas fabricantes e importadoras de pneumáticos "a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis".

Por sua vez, a reciclagem de resíduos sólidos domiciliares ainda enfrenta entraves pela falta de programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros.

Essa e outras questões, como o destino do lixo hospitalar e das embalagens de bebidas e refrigerantes, estão sendo tratadas por diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, apensados ao PL 203/91. Uma comissão especial foi constituída na Câmara para análise das proposições.

No Senado, o PLS 265/99, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, recebeu parecer favorável de Demostenes Torres (PFL-GO) e aguarda votação na Comissão de Justiça da Casa.

Faça sua parte: reaproveite, doe e não desperdice

Para não desperdiçar:

- Aproveite as duas faces das folhas de papel para escrever ou fazer impressões, ou ainda transforme-as em bloco de rascunho.
- Recuse panfletos e folhas de propaganda que não sejam de seu interesse.
- Evite embalagens desnecessárias e substitua as descartáveis, como copos e talheres, por similares duráveis.
- Dê preferência a embalagens reaproveitáveis e evite comprar as que são mais difíceis de ser recicladas, como as de isopor.

- Reutilize embalagens de presente que não podem ser recicladas.

- Reutilize potes de vidro para guardar produtos em casa, como pregos e velas.

- Compre apenas o que for necessário, principalmente alimentos, para que não tenha que jogar fora depois.

Não jogue fora, doe:

- Roupas, utensílios domésticos, aparelhos celulares, peças de informática, entre diversos outros materiais, que podem ser aproveitados por escolas, artesãos, associações e igrejas, por exemplo.

Informe-se sobre o que pode ser reciclado:

- Muitas cidades brasileiras já adotam a coleta seletiva de lixo. Nesse caso, selecione o lixo orgânico do inorgânico, esteja atento ao dia da coleta e participe do programa.

- Quando não há coleta, procure pontos de entrega de recicláveis.

- Identifique os sucateiros e catadores que coletam materiais recicláveis em sua região, como alumínio, papel e garrafas PET. Ajude-os selecionando e entregando o material. Há cerca de 200 mil pessoas trabalhando nessa atividade no país.

- Entre em contato com cooperativas, organizações não-governamentais (ONGs) e associações que trabalhem com produtos recicláveis para combinar a entrega ou coleta do que pode ser reaproveitado.

Organize-se:

- Em locais onde há grande produção de lixo, como empresas, condomínios e escolas, por exemplo, é possível implantar a coleta seletiva e dar outra destinação ao lixo. Procure uma das organizações relacionadas no quadro "Informações" para saber como se organizar.

R E C I C L A G E M

Baterias e pilhas

Os metais pesados zinco, mercúrio, cádmio e chumbo são aproveitados para a retirada de pigmentos usados pela indústria de vidro e pisos cerâmicos

Alumínio

É o produto mais reciclado no Brasil, com a ajuda dos catadores. Na natureza, leva 200 anos para se decompor. Reciclado, vira outra latinha

Pneus

Podem ser utilizados inteiros, como combustível em fornos de cimento e em usinas termelétricas. Cortados e processados, viram borracha pulverizada ou granulada

Embalagens longa-vida

Feitas com papel cartão, polietileno e alumínio, podem ser reaproveitadas para a produção de telhas e papel ondulado, para embalagens

Tubos de pasta de dente

Feitos com polietileno de baixa densidade, podem ser reaproveitados na produção de itens para a construção civil e na fabricação de objetos

Lixo orgânico

Os restos de alimentos e plantas podem ser transformados em adubo (compostagem) ou utilizados como fonte de energia nas termelétricas

Garrafas PET

Recicladas, se transformam em fibras de poliéster, que podem ser utilizadas na indústria têxtil

Lâmpadas

Separando os componentes metálicos do vidro e dos metais pesados, podem ser reaproveitadas. Obs.: O mercúrio, se liberado, causa graves problemas de saúde

Aço

Pode ser transformado em tarugos ou folhas de flandres nas indústrias siderúrgicas. Também em embalagens ou produtos metálicos como pregos

Isopor

Com beneficiamento industrial, pode ser transformado em concreto leve e utilizado, na construção civil, no lugar da pedra britada

Vidro

Os cacos de uma garrafa podem transformar-se em garrafa nova. No meio ambiente, o vidro demora 1 milhão de anos para se decompor

Papel e papelão

Com exceção de alguns tipos, como os plastificados, o papel pode ser reutilizado na produção de mais papel, do tipo artesanal ou ondulado

Plástico

Pode ser processado com serragem e transformado em "madeira plástica". A decomposição no meio ambiente dura cem anos

Informações

Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)

Tel: (11) 3889-7806/8564
www.cempre.org.br

Associação Brasileira de Indústrias PET – Tel: (11) 3078-1688

www.abipet.org.br

Associação Brasileira de Alumínio (Abal) – Tel: (11) 5084-1544

www.abal.org.br

Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) – Tel: (11) 3060-9688

www.abiplast.org.br

Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) – Tel: (11) 229-8490 – www.ablp.org.br

Plastivida – Tel: (11) 3242-1144

www.plastivida.org.br

Amigos do Futuro – Tel: (61) 242-8937

www.amigosdofuturo.org.br

Instituto Akatu – Tel: (11) 3898-1626

www.akatu.net

Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) – Tel: (31) 3271-4455

www.asmare.org.br

Instituto Gea – Tel: (11) 3058-1088

www.institutogea.org.br

